

Brasil começa a pagar dívida em 1995

BRASÍLIA — Só a partir de 1995 o Brasil terá o compromisso de voltar a pagar o principal de praticamente toda a sua dívida externa com os bancos credores privados, no total de cerca de 64 bilhões de dólares. A decisão foi acertada entre o governo e o Comitê Assessor dos Bancos, que aceitou reescalonar a dívida brasileira que vence entre 1986 e 1993 — o pagamento de cerca de 4 bilhões de dólares vencidos após 1993 não foi negociado —, por um prazo de 20 anos, com 8 de carência — e não 22 anos com cinco de carência como o JORNAL DO BRASIL informou ontem. Durante esse período, no entanto, o Brasil pagará normalmente os juros devidos — uma média anual de 9 bilhões a 10 bilhões de dólares.

— É um alívio para o setor público — observou o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ao anunciar o fechamento de mais um item fundamental no acordo com os credores privados, em condições consideradas bastante favoráveis para o país: “É o melhor prazo já conseguido pelo Brasil em toda a sua negociação da dívida desde 1983”, ressaltou Mailson, observando que o reescalonamento obtido permitirá uma grande reestruturação da dívida externa do setor público incluindo os estados e municípios.

O pagamento do principal da dívida — suspenso há vários anos — será efetuado de forma crescente a cada ano. Em 1995, o Brasil pagará 2% do total, e até o ano 2007 —

quando se encerra o prazo negociado — esse percentual será de 10% do montante devido.

Além dos juros, calculados pela taxa preferida pelos bancos europeus, a Libor, o Brasil desembolsará, durante o prazo de carência, três parcelas de cerca de 300 milhões de dólares cada, a título de sinal, que, segundo Mailson da Nóbrega, seja compatível com o fluxo do balanço de pagamentos do país. “É uma espécie de *down payment*, uma demonstração de que o Brasil está determinado a pagar sua dívida”, explicou o ministro.

Segundo Mailson, o total dos juros vencidos mensalmente a partir de 1989 também não pode ser calculado com exatidão, pois as taxas de mercado são flutuantes e o governo ainda espera negociar os detalhes operacionais do princípio do *carve-out* (que significa a incidência de taxas de risco mais baixas — os *spreads* — sobre o montante da dívida do setor público), já aceito pelo Comitê Assessor dos Bancos. Com a fixação do novo *spread* — 0,8125% — e com a possibilidade de se negociar o *carve-out*, o ministro da Fazenda estima que o Brasil poderá ter uma economia de até 1 bilhão de dólares, só em relação aos juros vencidos entre 1987 e 1989.



Mailson da Nóbrega